



RE LA TÓ RIO

anual
2015

Sumário

- 03** Mensagem do Presidente
- 04** Desempenho da Cooperativa
- 07** Evolução da Cooperativa
- 08** Relatório da Administração
- 11** Demonstrações Contábeis
- 15** Notas Explicativas
- 23** Parecer do Conselho Fiscal
- 24** Relatório da Auditoria
- 25** Equipe SICOOB Coopjustiça
Pontos de Atendimento

Mensagem do Presidente



Chega de más notícias! É hora de dar boas novas

Iniciamos 2016 com incertezas na política e na economia, mas ainda bem que existe o SICOOB Coopjustiça para nos trazer boas novas e esperanças neste momento, em meio às notícias desagradáveis.

Para começar, com muito orgulho informo que o nosso número de associados já se aproxima de 6.100 pessoas e vai aumentar muito mais.

Apesar da elevação contínua da taxa de juros Selic, nossa Cooperativa se destacou e manteve o crescimento. As operações de crédito chegaram a R\$ 69,4 milhões; os ativos atingiram R\$ 95,9 milhões; o patrimônio líquido avançou R\$ 42,9 milhões, e os depósitos, R\$ 42,8 milhões. Esta expansão é resultado do nosso portfólio atraente e da **Integração** porque é assim que obtemos ganhos em escala que ajudam a melhorar nossos serviços, a otimizar recursos e a reduzir custos. **Convergência** com todo o sistema cooperativista visando uma economia mais solidária e sustentável. **Eficiência** para impedir que a crise afete a vida dos cooperados, oferecendo-lhes sempre as melhores soluções financeiras para não serem vítimas da agiotagem praticada por outras instituições.

O sucesso da instituição não vem por acaso ou sem planejamento. Temos o cuidado de sonhar sem tirar os pés do chão. Com confiança e credibilidade, a Diretoria vislumbra atingir um crescimento ainda maior em 2016. Evidentemente que este processo inclui o empenho e a dedicação do nosso quadro de colaboradores altamente qualificado.

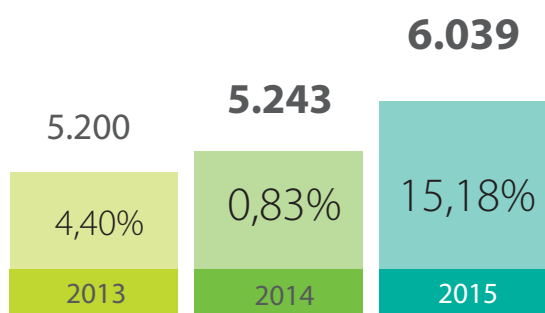
No Sicoob Coopjustiça, o associado sempre está em primeiro lugar. Ficamos angustiados quando não podemos atender alguma reivindicação para não ferir as determinações do Banco Central. Mas em outros momentos comemoramos conquistas, tais como poder oferecer opções de investimentos com rentabilidade acima do mercado, com Fundo Garantidor de R\$250.000,00 pra CPF/CNPJ, taxas de juros de empréstimos bem inferiores às dos bancos, novos e melhores produtos, remuneração até 100% da Selic para o capital dos associados e, principalmente, distribuição de sobras no fim do ano fiscal.

Em meu nome e de toda a Diretoria Executiva, saúdo a todos os cooperados e os conclamo a participarem da eleição no dia 27/04, no plenário do antigo TJRJ, na Rua D. Manuel nº 29/ 2º. Venham exercer este direito e este dever. Muito obrigado!

Cordialmente,
Benino Manuel Alonso Lorenzo
Diretor-Presidente do SICOOB Coopjustiça

Associados

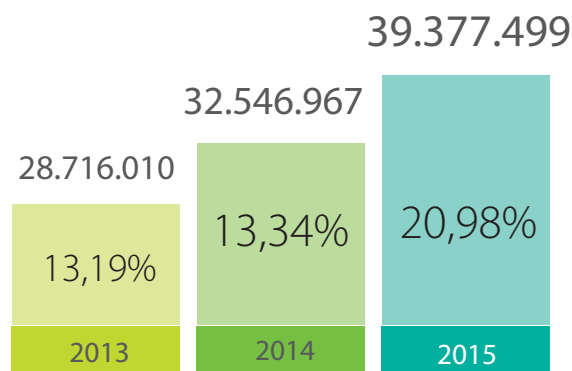
Cada vez mais pessoas e empresas querem ter acesso aos benefícios de uma cooperativa de crédito, conforme demonstra o gráfico abaixo.



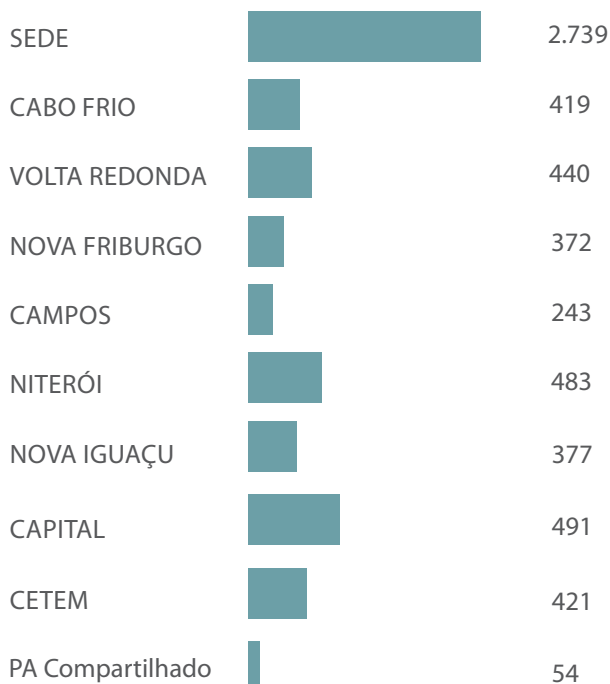
Capital Social

[em reais]

O Capital Social fortalece a cooperativa, rende juros e acumula reservas para o futuro dos associados.

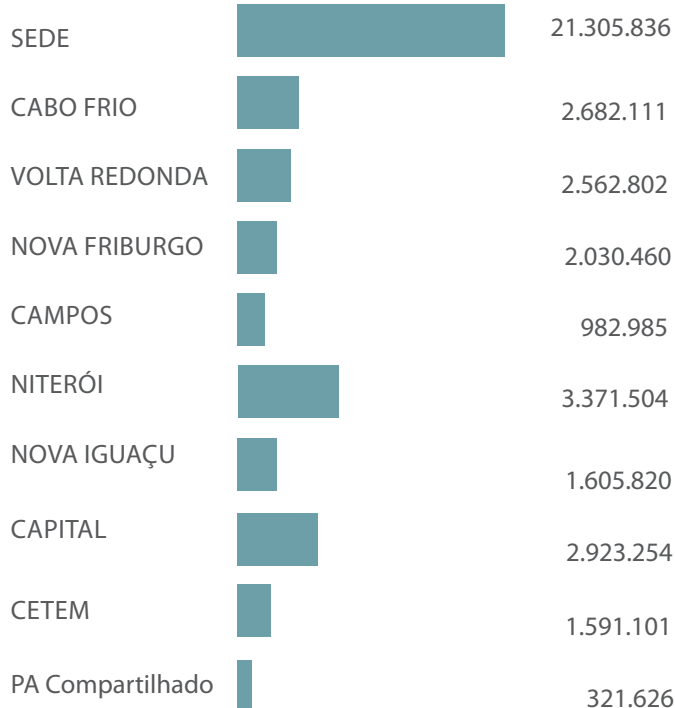


Associados por agência



Capital Social por agência

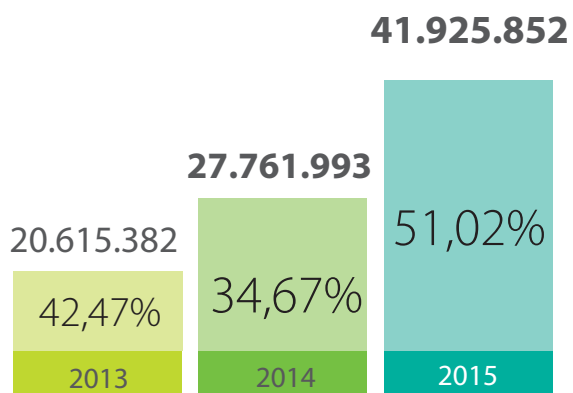
[em reais]



Depósitos

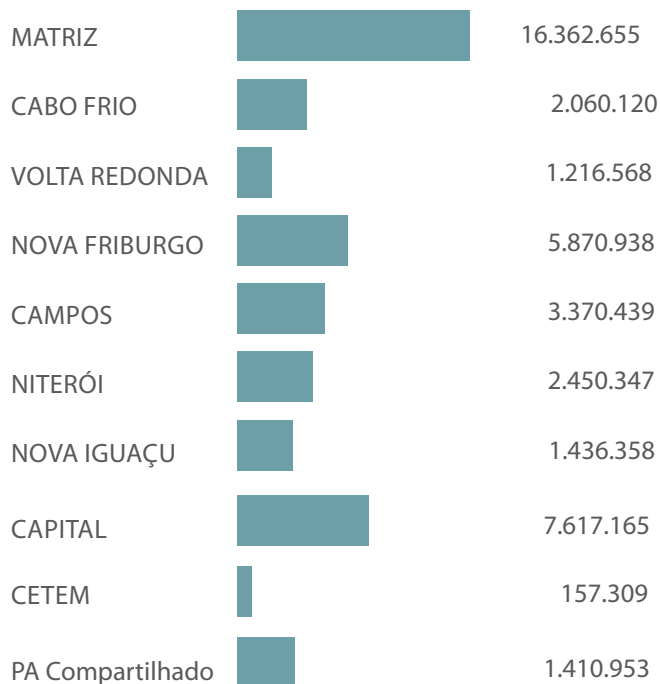
[em reais]

Os associados consideram o Sicoob Coopjustiça seguro para depositar as suas economias.



Depósitos por agência

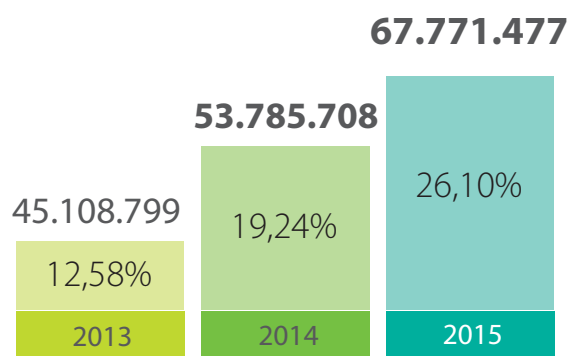
[em reais]



Carteira de Crédito

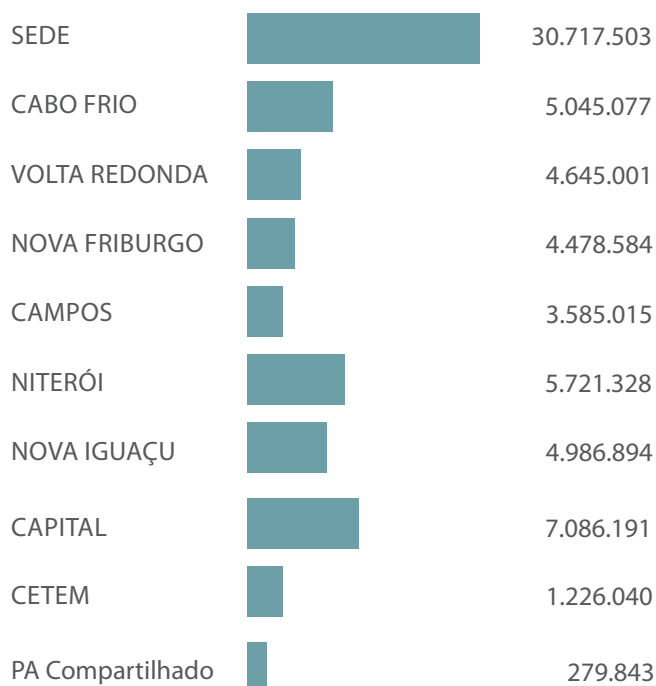
[em reais]

Abaixo demonstramos o saldo da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2015.



Crédito por agência (R\$)

[em reais]



Total de Crédito Liberado em 2015

[em reais]

Aqui apresentamos a soma de todos os contratos liberados em 2015.

Total liberado:

38.617.169

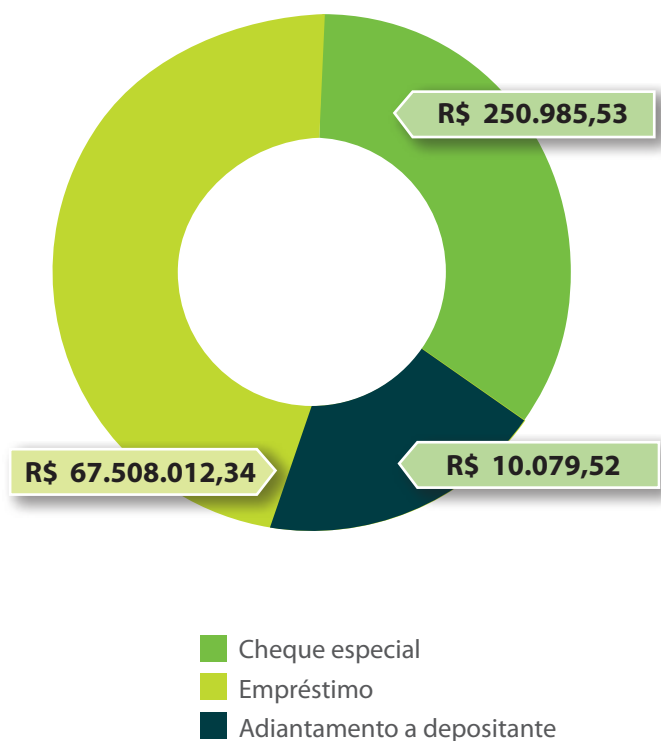
Número de operações:

3.469 operações

(empréstimos)

Valor médio das operações:

R\$ 11.132,07



Apuração do Resultado

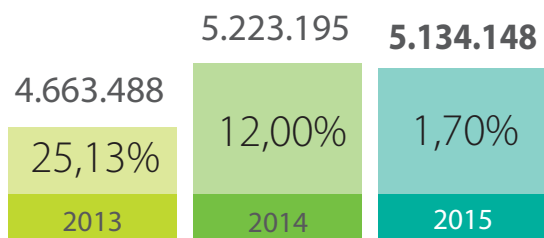
Verifique abaixo os resultados alcançados em 2015.

SOBRA BRUTA	R\$	5.134.148
(-) Pqto. juros ao capital social	R\$	(3.163.292)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	R\$	1.970.856
(-) Resultado de atos não cooperativo destinados ao FATES	R\$	(79.339)
Resultado líquido	R\$	1.891.517
(-) Fates 5%	R\$	(94.575)
(-) Reserva Legal 10%	R\$	(189.151)
SOBRAS LÍQUIDAS EXERCÍCIO	R\$	1.607.789,45

[em R\$]

Evolução das Sobras Brutas

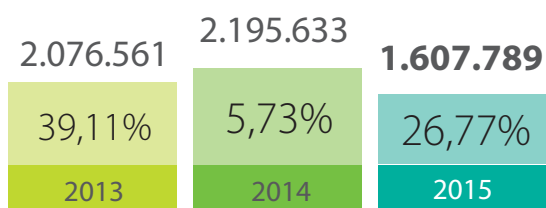
[em reais]



Evolução das Sobras Líquidas

[em reais]

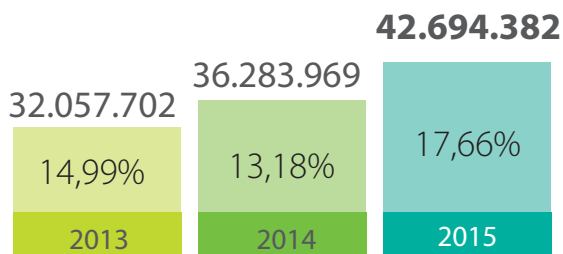
Um dos principais diferenciais das cooperativas é devolver as Sobras Líquidas para os associados.



Evolução do Patrimônio Líquido

[em reais]

Abaixo demonstramos a evolução do Patrimônio Líquido do Sicoob Coopjustiça nos últimos 3 anos.

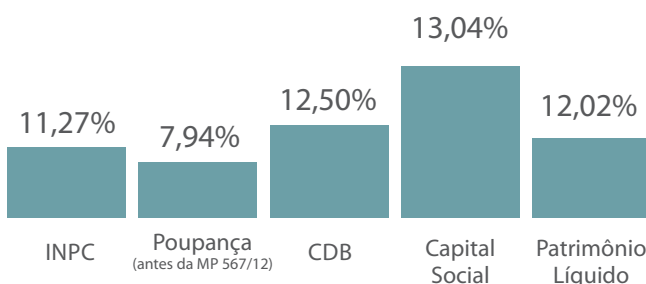


Rateio das Sobras Líquidas

A legislação cooperativa estabelece que as Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral sejam rateadas entre os associados proporcionalmente ao volume de negócios que cada um realizou com a Cooperativa. Quanto mais negócios o associado faz com o Sicoob Coopjustiça, mais recebe de volta dos resultados gerados.

Comparativo de Rentabilidade

Rentabilidade é o percentual de ganho obtido em um negócio. No gráfico abaixo são comparados a inflação de 2015 (INPC), o rendimento da Poupança e do CDB. Demonstramos a rentabilidade do Capital Social e o Patrimônio Líquido considerando as Sobras Brutas da cooperativa.



Relatório da Administração

Senhores Associados,

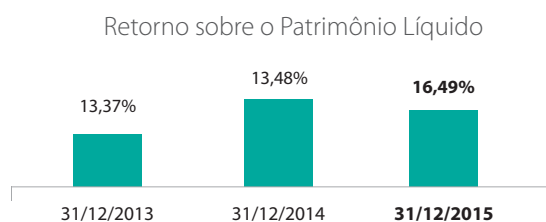
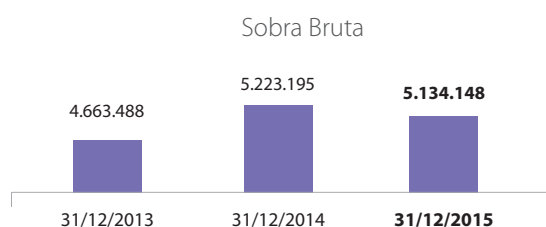
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2015 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB COOPJUSTIÇA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em Janeiro de 2016 o SICOOB COOPJUSTIÇA completou 19 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação dos resultados

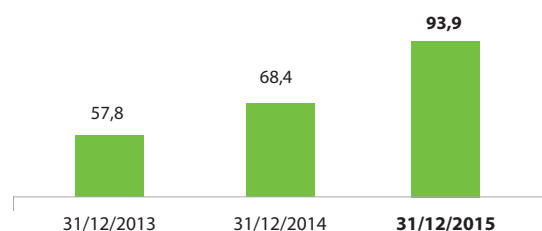
No exercício de 2015, o SICOOB COOPJUSTIÇA obteve um resultado de R\$ 1.970.856 antes das destinações, representando um retorno anual de 4,80% sobre o patrimônio líquido.



3. Ativos

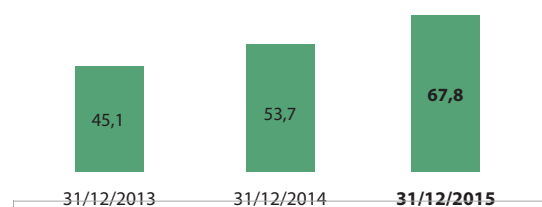
Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 21.493.721. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 67.836.562. Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 4,59% da carteira, no montante de R\$ 3.001.279

Total de Ativos



Verifique, abaixo, a distribuição da Carteira de Crédito.

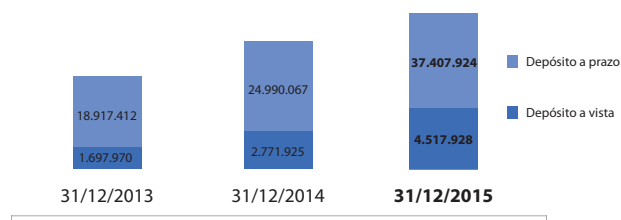
Carteira de Crédito



4. Captação

As captações, no total de R\$ 41.925.851, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 66,22%. As captações encontravam-se assim distribuídas: Depósitos à vista R\$ 4.517.927 10,78% Depósitos a prazo R\$ 37.407.924 89,22% Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 38,42% da captação, no montante de R\$ 15.811.069

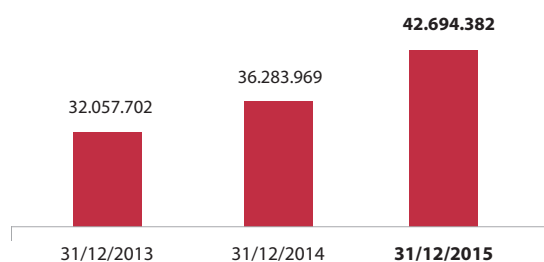
Total de Recursos Captados



5. Patrimônio Líquido

O patrimônio de Líquido encerrou o exercício de 2015 com um crescimento de 17,66% em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando soma de R\$342.694.382.

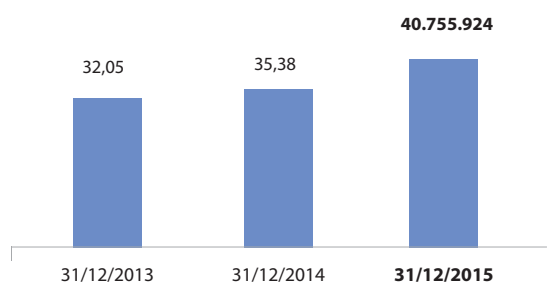
Total de Patrimônio Líquido



6. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB COOPJUSTIÇA era de R\$ 42.694.383. O quadro de associados era composto por 6.039 cooperados, havendo um acréscimo de 11,95% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

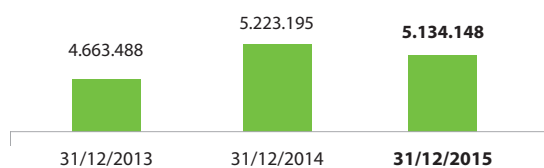
Patrimônio de Referência



7. Número de Associados

O número de associados saiu de 5.283 para 6.039, o que corresponde a um crescimento de 14,31% considerando o intervalo de dois anos.

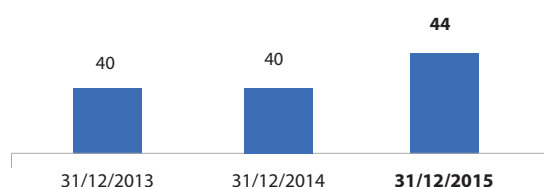
Número de Associados



8. Número de Colaboradores

Houve um aumento de 40 para 44 o de número de colaboradores no exercício de 2015.

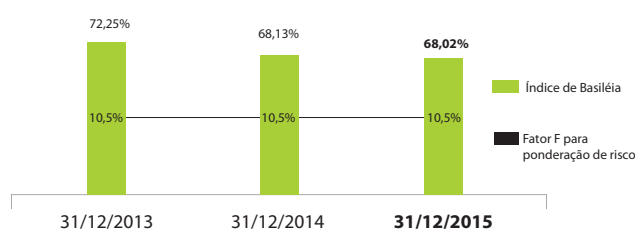
Número de Colaboradores



9. Índice da Basileia

O índice de Basileia praticado pela Cooperativa saiu de 143,9% para 140,71% em dezembro de 2013. Este índice supera o percentual de 13% exigido para as cooperativas de crédito. O comparativo refere-se ao mês de setembro em decorrência da indisponibilidade dos dados de dezembro, sendo esta a última base comparativa.

Índice da Basileia



10. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPJUSTIÇA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,46% nos níveis de "AA" a "C".

11. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o conselho fiscal tem função complementar à da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

12. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPJUSTIÇA aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

13. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

14. Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital da Cooperativa

1.1 Risco Operacional

a) O gerenciamento do risco operacional do Sicoob Coopjustiça – estado do Rio de Janeiro Ltda objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006

b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça.

Aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

e) As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

1.2 Risco de Mercado e Liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda - objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.

b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça. Aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não

negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, Sicoob Coopjustiça – possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

1.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Coopjustiça – objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) - Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça – aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Bancoob a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) - Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) - Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Coopjustiça – possui estrutura com-

patível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

15. Plano de Negócio

O plano de negócio foi elaborado com projeções para o exercício de 2015. Abaixo apresentamos os resultados do ano.

Acompanhamento BACEN		
Projeções para livre admissão		
Descrição	Projetado	Realizado – 12/2015
Empréstimos	64.542.850	67.836.562
Depósito a vista	4.157.888	4.517.928
Depósitos remunerados	33.736.590	37.407.923
Capital	39.063.778	39.383.239

16. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na Assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em reais)

Cooperativa De Economia E Credito Mútuo Dos Servidores Do Poder Judiciário, Do Tribunal De Contas Estadual E Dos Servidores Dos Órgãos E Entidades Da Área De Ciência E Tecnologia No Estado Do Rio De Janeiro Ltda – SICOOB Coopjustiça

CNPJ nº 02.000.895/0001-90

Ativo	Nota	31-dez-15	31-dez-14	Passivo	Nota	31-dez-15	31-dez-14
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	1.516.132	199.763	Depósitos à vista	11	4.517.928	2.771.925
Títulos e valores mobiliários	4 e 5	91.264	-	Depósitos a prazo	11	36.439.294	23.955.707
Relações interfinanceiras	4 e 6	21.493.721	11.754.717	Depósitos sob aviso	11	476.936	450.146
Operações de crédito	7	14.964.301	11.864.040	Empréstimos Outras Instituições - País	12	1.389.425	375.415
Outros créditos	8	218.749	506.974	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.320	2.363
Outros valores e bens	9	970	890	Obrigações sociais e estatutárias	13	2.388.950	1.902.139
				Obrigações fiscais e previdenciárias	14	165.114	473.496
Total do ativo circulante		38.285.137	24.326.384	Diversas	15	3.791.748	1.435.013
				Total do passivo circulante		49.171.715	31.366.204
Não circulante				Não circulante			
	7	52.436.175	41.171.511	Depósitos a prazo	11	491.693	584.214
Operações de crédito				Obrigações por empréstimos e repasses	12	1.322.222	-
Outros créditos	8	96.246	60.524	Diversas	15	243.689	220.674
Total do ativo não circulante		52.532.421	41.232.035	Provisões para contingências	16	56.725	35.439
				Total do passivo não circulante		2.114.329	840.327
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	10. a	2.567.303	2.343.623	Capital social	18. a	39.377.499	32.546.971
Imobilizações de uso	10. b	2.109.338	1.940.651	Reservas de sobras	18. b	1.730.591	1.541.366
Depreciação acumulada	10. b	(1.513.774)	(1.352.193)	Perdas de exercícios anteriores - COOPETC	1	(21.498)	-
Total do permanente		3.162.867	2.932.081	Sobras do exercício	18. c	1.607.789	2.195.632
				Total do patrimônio líquido		42.694.381	36.283.969
Total do ativo		93.980.425	68.490.500	Total do passivo		93.980.425	68.490.500

Demonstração das sobras ou perdas

(Em reais)

Cooperativa De Economia E Credito Mútuo Dos Servidores Do Poder Judiciário, Do Tribunal De Contas Estadual E Dos Servidores Dos Órgãos E Entidades Da Área De Ciência E Tecnologia No Estado Do Rio De Janeiro Ltda – SICOOB Coopjustiça

CNPJ nº 02.000.895/0001-90

	Nota	2º Semestre de 2015	31-dez-15	31-dez-14
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		6.712.520	12.682.165	10.448.143
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		536	2.360	43
		6.713.056	12.684.525	10.448.186
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(2.255.163)	(3.805.996)	(2.138.884)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(192.222)	(348.076)	(132.922)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		104.660	225.472	109.817
		(2.342.725)	(3.928.600)	(2.161.989)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.370.331	8.755.925	8.286.197
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços		294.698	481.683	439.326
Dispêndios e despesas de pessoal		(2.057.507)	(3.767.936)	(3.205.420)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(1.091.067)	(2.149.919)	(2.020.510)
Dispêndios e despesas tributárias		(28.901)	(71.464)	(49.934)
Ingressos de depósitos intercooperativos		1.301.478	2.174.553	1.322.181
Outros ingressos e receitas operacionais		219.382	394.048	941.224
Outros dispêndios e despesas operacionais	22	(3.483.659)	(3.812.217)	(3.022.418)
		(4.845.576)	(6.751.252)	(5.595.551)
Resultado operacional		(475.245)	2.004.673	2.690.646
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais		6.042	6.042	16.573
Despesas não operacionais		(4.180)	(4.180)	(19.823)
		1.862	1.862	(3.250)
Resultado antes da tributação e das participações		(473.383)	2.006.535	2.687.396
Imposto de renda e contribuição social		(20.114)	(35.679)	(31.290)
Resultado antes das destinações estatutárias		(493.497)	1.970.856	2.656.106
F A T E S - Atos não cooperativos	19		(79.339)	(73.009)
F A T E S - Atos cooperativos	18. c		(94.576)	(129.155)
Reserva Legal	18. c		(189.152)	(258.310)
Sobras ou perdas líquidas do exercício		(493.497)	1.607.789	2.195.632
		(3.163.292)		
Juros ao capital			(3.163.292)	(2.567.089)

Demonstração dos fluxos de caixas

(Em reais)

Cooperativa De Economia E Credito Mútuo Dos Servidores Do Poder Judiciário, Do Tribunal De Contas Estadual E Dos Servidores Dos Órgãos E Entidades Da Área De Ciência E Tecnologia No Estado Do Rio De Janeiro Ltda – SICOOB Coopjustiça

CNPJ nº 02.000.895/0001-90

	2º Semestre de 2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(473.383)	2.006.535	2.687.396
Ajustes			
IRPJ E CSLL	(20.114)	(35.679)	(31.290)
Provisão para operações de crédito	(197.306)	(314.071)	(245.319)
Depreciações e Amortizações	72.710	140.002	127.869
	(618.093)	1.796.787	2.538.656
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(5.047.803)	(14.050.855)	(8.676.909)
Outros créditos	231.590	252.504	(184.075)
Outros valores e bens	38.639	(80)	(180)
Depósitos a Vista	635.135	1.746.003	1.073.955
Depósitos sob Aviso	10.228	26.791	23.222
Depósitos a Prazo	6.657.597	12.391.065	6.049.434
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(1.250.561)	2.336.233	(1.432.633)
Outras obrigações	190.987	2.579.421	680.849
	1.465.812	5.281.082	(2.466.337)
Caixa gerado nas operações	847.719	7.077.869	72.319
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(195.291)	(223.681)	(1.363.877)
Aquisições de imobilizações de uso	(88.026)	(147.108)	(103.255)
Baixas de imobilizado de uso	-	-	36.417
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(283.317)	(370.789)	(1.430.715)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital incluindo à incorporação COOPECT	2.119.569	5.752.668	3.187.013
Devolução de capital à cooperados	(1.193.489)	(4.252.389)	(3.527.625)
Destinação de sobras de exercício anterior cotas de capital à pagar	-	(16.732)	(14.902)
Saldo de Reserva Legal da incorporada COOPECT	-	73	-
Saldo de Perdas da incorporada COOPECT	-	(21.498)	-
Subscrição do juros ao capital	3.163.292	3.163.292	2.537.516
IRRF sobre juros ao capital	(11.942)	(11.942)	(380.629)
FATES - Resultado de atos não cooperativos	(79.339)	(79.339)	(73.009)
FATES - Sobras do exercício	(94.576)	(94.576)	(129.155)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.903.515	4.439.557	1.599.209
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	4.467.917	11.146.637	240.813
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	4.467.917	11.146.637	240.813
No início do período (Nota 4)	18.633.200	11.954.480	11.713.667
No fim do período (Nota 4)	23.101.117	23.101.117	11.954.480

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

(Em reais)

Cooperativa De Economia E Credito Mútuo Dos Servidores Do Poder Judiciário, Do Tribunal De Contas Estadual E Dos Servidores Dos Órgãos E Entidades Da Área De Ciência E Tecnologia No Estado Do Rio De Janeiro Ltda – SICOOB Coopjustiça

CNPJ nº 02.000.895/0001-90

	Nota	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2013		28.716.010	(46.973)	1.312.104	2.076.561	32.057.702
Destinação das sobras exercício anterior						
Ao Capital		2.061.659	-	-	(2.061.659)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(14.902)	(14.902)
Integralização/subscrição de capital		3.146.217	40.795	-	-	3.187.012
(-) Devolução de capital		(3.527.625)	-	-	-	(3.527.625)
Reversões de reservas		-	-	(29.048)	-	(29.048)
Integralização de Juros ao Capital		2.537.517	-	-	-	2.537.517
IRRF sobre Juros ao Capital		(380.629)	-	-	-	(380.629)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	2.656.106	2.656.106
F A T E S - Atos não cooperativos		-	-	-	(73.009)	(73.009)
F A T E S - Atos cooperativos		-	-	-	(129.155)	(129.155)
Reserva Legal		-	-	258.310	(258.310)	-
Saldos em 31/12/2014		32.553.149	(6.178)	1.541.366	2.195.632	36.283.969
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao Capital	18. c	2.178.900	-	-	(2.178.900)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	18. c	-	-	-	(16.732)	(16.732)
Integralização/subscrição de capital		4.257.113	438	-	-	4.257.551
(-) Devolução de capital		(4.252.389)	-	-	-	(4.252.389)
Reversões de reservas		-	-	-	-	-
Integralização de Juros ao Capital	20	3.163.292	-	-	-	3.163.292
IRRF sobre Juros ao Capital		(11.942)	-	-	-	(11.942)
Saldo Incorporado COOPECT		1.495.116	-	73	(21.498)	1.473.691
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	1.970.856	1.970.856
F A T E S - Atos não cooperativos	19	-	-	-	(79.339)	(79.339)
F A T E S - Atos cooperativos	18. c	-	-	-	(94.576)	(94.576)
Reserva Legal	18. c	-	-	189.152	(189.152)	-
Saldos em 31/12/2015		39.383.239	(5.740)	1.730.591	1.586.291	42.694.381

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em Reais)

01 – Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. - SICOOB COOPJUSTIÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21 de Janeiro de 1997, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O SICOOB COOPJUSTIÇA possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Sede – Av. Nilo Peçanha nº 12 salas 522 a 526; 1009 a 1011 e 1022 a 1026 – Centro – Rio de Janeiro; PAC Central – Rua Erasmo Braga nº 115 lamina 1 BL E Sala 523 A – Centro – Rio de Janeiro; PAC Cabo Frio – Rua Ministro Gama Filho SN – Edifício do Fórum – 1º andar – Cabo Frio – RJ; PAC Volta Redonda – Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira S/N – 4º ANDAR – Volta Redonda – RJ; PAC Nova Friburgo – Av. Euterpe Friburguense nº 201 – Térreo – Nova Friburgo – RJ; PAC Niterói – Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500 – 8 andar – sala 810 – Niterói – RJ; PAC Campos dos Goytacazes – Av. XV de Novembro nº 289 – 1 Pavimento – Bloco 01 – Campos dos Goytacazes – RJ; PAC Nova Iguaçu – Rua Doutor Mario Guimarães nº 968 - Luz - Nova Iguaçu - RJ.

Em 2015, a cooperativa, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do patrimônio líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da cooperativa relacionada abaixo, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 1/6/2016 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº Processo nº 1401602233 - Demonstra-se abaixo (incrementos patrimoniais mais significativos data 31/5/2015):

Descrição	Nome da cooperativa incorporada	Valor - R\$
Disponibilidades/centralização financeira	COOPECT	451.610
Operações de crédito		1.078.919
Ativo permanente		3.652
Capital social integralizado		1.495.116
Sobras/Perdas acumuladas até 31/05/2015		(21.498)

02 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela administração em 29 de fevereiro de 2016.

03 – Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL..... e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

04 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	1.516.132	199.763
Relações interfinanceiras – centralização financeira	21.493.721	11.754.717
Títulos e valores mobiliários	91.264	-
Total	23.101.117	11.954.480

05 – Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as aplicações em títulos e valores mobiliários do SICOOB COOPJUSTIÇA estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cotas em fundos de investimentos	91.264	-
Total	91.264	-

06 – Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

07 – Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Ad e Cheque especial	Empréstimos e Financiamentos	Total em 31/12/2015	Total da Provisão em 31/12/2015	Total em 31/12/2014	Total da Provisão em 31/12/2014
AA		Normal	-	23.405.521	23.405.521	-	1.367.746	-
A	0,50%	Normal	178.599	42.080.451	42.259.050	(211.295)	47.879.013	(239.395)
B	1%	Normal	53.884	1.216.491	1.270.375	(12.704)	2.261.402	(22.614)
B	1%	Vencidas	7.903	268.335	276.238	(2.762)	84.818	(848)
C	3%	Normal	20.679	268.347	289.026	(8.671)	1.135.266	(34.058)
C	3%	Vencidas	-	75.947	75.947	(2.278)	79.910	(2.397)
D	10%	Normal	-	13.982	13.982	(1.398)	401.887	(40.189)
D	10%	Vencidas	-	5.287	5.287	(529)	17.511	(1.751)
E	30%	Normal	-	15.596	15.596	(4.679)	81.214	(24.364)
E	30%	Vencidas	-	35.378	35.378	(10.613)	32.172	(9.652)
F	50%	Normal	-	6.979	6.979	(3.489)	58.747	(29.374)
F	50%	Vencidas	-	11.033	11.033	(5.518)	-	-
G	70%	Normal	-	-	-	-	81.871	(57.310)
G	70%	Vencidas	-	-	-	-	53.150	(37.205)
H	100%	Normal	-	62.763	62.763	(62.763)	244.665	(244.665)
H	100%	Vencidas	-	109.387	109.387	(109.387)	6.337	(6.337)
Total Normal			253.162,00	67.070.130	67.323.292	(304.999)	53.511.811	(691.968)
Total Vencido			7.903,00	505.367	513.270	(131.087)	273.898	(58.190)
Total Geral			261.065	67.575.497	67.836.562	(436.086)	53.785.709	(750.158)
Provisões (-)					(436.086)		(750.158)	
Total Líquido			261.065	67.575.497	67.400.476		53.035.551	

* Em empréstimos estão contidos os valores das operações renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2015
Empréstimos	4.967.046	10.163.459	52.379.906	67.510.411
Financiamentos	2.864	5.953	56.269	65.086
Total	4.969.910	10.169.412	52.436.175	67.575.497

Obs.: Não inclui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e atividade econômica:

Setor	31/12/2015			31/12/2014	
	Conta Corrente	Empréstimo e Financiamento	Total da Carteira	Total da Carteira	
Pessoas físicas	261.065	67.575.497	67.836.562	53.705.709	
Setor do comércio	-	-	-	80.000	
Total	261.065	67.575.497	67.836.562	53.785.709	

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	750.158	995.477
Constituições/Reversões no período	(314.072)	(245.319)
Total	436.086	750.158

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior devedor	242.434	0,36%	176.722	0,33%
10 maiores devedores	1.753.615	2,59%	1.501.524	2,79%
50 maiores devedores	6.388.094	9,42%	5.449.192	10,13%

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	333.200	221.996
Valor das operações transferidas no período	276.251	117.328
Valor das operações recuperadas no período	(317.618)	(6.124)
Total	291.833	333.200

08 – Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2015		Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante		Total
Rendas a Receber	-	-	-	24.043
Adiantamento e Antecipações Salariais	18.503	-	18.503	6.257
Adiantamento para Pagamento Nossa Conta	1.000	-	1.000	2.000
Devedores por Depósito e Garantia (a)	-	96.246	96.246	60.525
Títulos e Créditos a Receber (b)	240.736	-	240.736	189.204
Devedores Diversos - País (c)	44.311	-	44.311	312.381
(-) Provisão para outros Créditos (d)	(85.801)	-	(85.801)	(26.912)
Total	218.749	96.246	314.995	567.498

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Cobertura de Processo contra a OI telefones Celulares (R\$ 60.525); processo do associado Arquimedes de Oliveira (R\$ 17.366) e ação judicial contra a Telemar Norte Lesta (R\$ 18.355)

(b) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de Cartão de Crédito e convênios cadastrados no risco de crédito dos associados do Sicoob Coopjustiça (R\$ 218.401); Os valores de Tarifas a receber do associados (R\$ 1.384) e os valores referentes as contas do processo da OI que ainda não foram recebidas e continuam em aberto na OI. (R\$ 20.951).

(c) Em Devedores Diversos estão registrados: Pendências ativas (R\$ 29.640); saldo devedor de desconto em folha (R\$ 512); saldo devedor de convênios dos associados da Cooperativa não cadastrado no Risco de Crédito em função de sua natureza (R\$ 14.158).

(d) Refere-se a provisão sobre o saldo dos cartões e convênios dos cooperados inadimplentes em conformidade a Resolução nº 2682/1999

09 – Outros valores e bens

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 39.761 com a respectiva provisão, referente a saldo em conta corrente junto a antiga Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Rio de Janeiro – CECRERJ. E em despesas antecipadas está registrado o valor de R\$ 970 referente compra de sistema de antivírus com validade de 1 ano.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo CECRERJ	39.761	39.761
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(39.761)	(39.761)
Total	-	-

Despesas Antecipadas	31/12/2015		Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante		Total
Processamento de Dados	970	-	970	890
Total	970	-	970	890

10 – Permanente

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL, ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Central – SICOOB CENTRAL RIO	2.547.552	2.329.925
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	19.251	13.698
Quotas CECRERJ	597.172	597.172
Quotas FENACRED	500	-
(-) Provisão para Perdas Ações e Quotas	(597.172)	(597.172)
Total	2.567.303	2.343.623

b) **Imobilização de uso** de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	Custo corrigido	31/12/2015	Total líquido	31/12/2014	Taxas anuais de depreciação %
		Depreciação acumulada		Total líquido	
Edificações	965.823	(679.503)	286.320	363.589	4%
Instalações	53.415	(43.172)	10.243	17.242	10%
Móveis e equipamentos de uso	388.208	(267.877)	120.331	121.592	10%
Sistema de comunicação	29.780	(24.880)	4.900	5.429	10%
Sistema de processamento de dados	655.219	(485.925)	169.294	78.749	20%
Sistema de segurança	16.893	(12.417)	4.476	1.857	10%
Total	2.109.338	(1.513.774)	595.564	588.458	

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

11 – Depósitos

a) Composição das operações segregadas por tipo de depósitos.

Descrição	31/12/2015		Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante		Total
Depósito à vista (1)	4.517.928	-	4.517.928	2.771.925
Depósito sob aviso (2)	476.936	-	476.936	450.146
Depósito a prazo (2)	36.439.294	491.693	36.930.987	24.539.921
Total	41.434.158	491.693	41.925.851	27.761.992

(1) - Classificados no circulante, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) - Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

b) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Aplicador	4.266.583	10,18%	1.945.796	7,14%
10 maiores aplicadores	12.149.410	28,98%	8.145.519	29,90%
50 maiores aplicadores	22.115.408	52,75%	16.188.656	59,42%

A cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2014.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

12 – Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	Finalidade	Taxa	31/12/2015		Total	31/12/2014
			Circulante	Não Circulante		
BANCOOB	Capital de Giro	+0,39%	-	-	-	375.415
Sicoob Central Rio	Capital de Giro	+0,15%	1.389.425	1.322.222	2.711.647	-
Total			1.389.425	1.322.222	2.711.647	375.415

13 – Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	279.715	284.027
Cotas de capital a pagar (b)	2.109.235	1.618.112
Total	2.388.950	1.902.139

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Saldo referente ao montante de Capital a devolver aos associados da cooperativa que tenham solicitado desligamento do quadro social.

14 – Obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	10.777	2.940
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	23.581	8.196
Impostos e contribuições s/Salários	98.715	71.997
IRRF Aplicação Financeira	18.963	4.657
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	12.180	385.065
Outros	898	641
Total	165.114	473.496

15 – Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações	31/12/2015		Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante		
Cheques administrativos (a)	250.000	-	250.000	3.362
Fornecedores (b)	39.048	-	39.048	30.144
Despesas de pessoal (c)	223.476	-	223.476	179.840
Outras despesas administrativas (d)	1.269.224	-	1.269.224	934.939
Passivos Contingentes (e)	33.545	56.725	90.270	35.439
Credores Diversos - país (f)	1.976.455	243.689	2.220.144	507.402
Total	3.791.748	300.414	4.092.162	1.691.126

(a) Refere-se a cheques emitidos pela cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2015.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas INSS Conservadora Rio de Janeiro (R\$ 909); aluguel dos PAs (R\$ 2.699); limpeza dos PAs (R\$ 600); energia elétrica (R\$ 2.560); mensalidade com advogado (R\$ 4.433); plano de saúde (R\$ 16.543); internet mundivox (R\$ 1.500); Segmed – segurança do trabalho (R\$ 387); Pertel Telecomunicações (R\$ 309); Lucanet – Hospedagem de SITE (R\$ 204)

(c) Refere-se a provisão de férias (R\$ 159.681); provisão de INSS s/Férias (R\$ 41.836); provisão de FGTS s/Férias (R\$ 12.775) e provisão de FGTS s/13º Salário (R\$ 9.183).

(d) Refere-se ao saldo de Seguro Prestamista descontado dos associados e ainda não recolhido à seguradora.

(e) Refere-se ao valor provisionado como provável de perdas com ações judiciais, conforme relatório da assessoria jurídica da cooperativa e a provisão de garantias prestadas sobre obrigações.

(f) O saldo de Credores Diversos – País está descrito abaixo.

Devedores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Convênios a Pagar	245.088	229.554
Pendências a regularizar	1.708.700	52.391
Diferença de Caixa	-	4
Conta Transitória (depósitos não identificados)	22.667	4.779
Outros	243.689	220.674
Total	2.220.144	507.402

16 – Provisões para contingências

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas prováveis de demandas administrativas e judiciais, mantém provisão para contingências, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis a Cooperativa apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Contingências trabalhistas	25.000	-
Contingências cíveis	31.725	35.439
Total	56.725	35.439

17 – Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18 – Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	39.383.239	32.553.149
Capital a realizar	(5.740)	(6.178)
Total de associados	6.039	5.394

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

(c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de Abril de 2015, os cooperados deliberaram pelo rateio das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 2.195.632 para a cota capital.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Sobras /lucro líquido do exercício	1.970.856	2.656.106
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(79.339)	(73.009)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	1.891.517	2.583.097
Destinações estatutárias	(283.728)	(387.465)
Reserva legal - 10%	(189.152)	(258.310)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(94.576)	(129.155)
Sobras ou Perdas à disposição da Assembleia Geral	1.607.789	2.195.632

A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

19 – Resultados de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º Semestre 2015	31/12/2014
Receita de Prestação de Serviços	205.390	199.786
Outras Receitas de Atos Não Cooperativos	2.360	1.932
Despesas específicas de Ato Não Cooperativo	(20.457)	(9.058)
Despesas Apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(74.137)	(85.111)
Resultado não Operacional	113.156	107.549
Receita / (despesas) Não Operacionais	1.862	(3.250)
Lucro Antes do IR e da CSLL	115.018	104.299
IR e CSLL	(35.679)	(31.290)
Resultado de Atos não Cooperativo	79.339	73.009

20 – Provisão de juros ao capital

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21 – Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2º Semestre 2015	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de água, energia e gás	21.159	40.776	30.395
Despesas de aluguéis	23.234	48.496	50.210
Despesas de comunicações	84.435	170.374	174.768
Despesas de manutenção e conservação de bens	13.902	28.487	35.630
Despesas de material	22.002	34.200	35.371
Despesas de processamento de dados	147.364	287.003	165.620
Despesas de promoções e relações públicas	8.733	8.815	-
Despesas de propaganda e publicidade	14.280	31.168	35.321
Despesas de seguros	1.075	5.413	7.898
Despesas de serviços do sistema financeiro	155.514	298.489	250.133
Despesas de serviços de terceiros	82.850	158.819	88.379
Despesas de serviços técnicos especializados	50.873	122.504	123.821
Despesas de transporte	2.537	8.577	17.005
Despesas de viagem no país	32.166	50.872	33.425
Despesas de depreciação	72.709	140.003	127.868
Outras despesas administrativas	358.234	715.923	844.666
Total	1.091.067	2.149.919	2.020.510

22 – Outros dispêndios e despesas operacionais			
Descrição	2º Semestre 2015	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de juros ao capital	3.163.292	3.163.292	2.567.089
Outras despesas operacionais	320.367	648.925	455.329
Total	3.483.659	3.812.217	3.022.418

23 – Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	144.582	86.940	0,21%
Saldo das operações passivas	883.263	490.218	2,11%

(a) Detalhamento das operações ativas:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	OPERAÇÕES ATIVAS		% da Operação Crédito em relação à carteira total
	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	
Empréstimo / financiamento	144.582	723	0,21%

(b) Detalhamento das operações passivas:

Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas	OPERAÇÕES PASSIVAS		Taxa média - %
	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	
Depósitos a vista			
Pessoas físicas e jurídicas	109.176	0,26%	-
Depósitos a prazo			
Pessoas físicas e jurídicas - taxa pós-fixada	774.087	1,85%	1,04%

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Diretoria Executiva	% em relação à carteira total - saldo no exercício 2015
Conta corrente (adiantamento a depositantes)	10,00%	10,00%	10,00%
Conta corrente (Cheque especial)	5,00%	5,00%	5,00%
Conta Corrente (Conta Garantida)	6,00%	6,00%	6,00%
Empréstimo / financiamento	1,40%	1,40%	1,40%
Aplicação financeira	1,04%	1,04%	1,04%

(d) No exercício de 2015, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2015		Total dos Benefícios
Descrição		
Honorários		468.861
Alimentação / Refeição		36.063
Plano de saúde		16.957

24 – Cooperativa central

O SICOOB COOPJUSTIÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central DE Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUSTIÇA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

25 – Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.148.399 (31/12/2014 - R\$ 6.743.686), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26 – Seguros contratados - não auditado

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores externos.

27 – Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 35.850.01, em 31 de dezembro de 2015.

28 – Contingências passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUSTIÇA, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis um (1) processo, totalizando R\$ 13.000.

29 – Gerenciamento de risco e de capital

29.1 – Risco operacional

- a) O gerenciamento do risco operacional da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de controles internos de riscos operacionais (Scir).
- e) As informações cadastradas no sistema de controles internos e riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva auditora da cooperativa central.
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da diretoria executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo agente de controles internos e riscos (ACIR).
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

29.2 – Risco de mercado

- a) O gerenciamento do risco de mercado da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

29.3 – Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

29.4 – Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da cooperativa objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas praticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a cooperativa aderiu a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Benino Manuel Alonso Lorenzo
Diretor Presidente

Roberto Medeiros Souza
Diretor Operacional

Carlos Ney Mello de Uliana
Diretor Administrativo

Fabio Cortinovis Carvalho
Contador
CRC:087167/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA– SICOOB COOPJUSTIÇA, representado pelos seus membros Juçara de Souza Mero, Antônio Carlos de Souza Carvalho e Edma Menezes de Castro no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conforme determina o artigo 46, inciso VIII do Estatuto Social, com base nas reuniões realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, procedeu ao exame das demonstrações contábeis verificando as rotinas operacionais, de crédito, de controle e limites definidos pelo Banco Central, sendo apurado que: a Cooperativa encerrou o ano de 2015 com o patrimônio de referência (PR) no valor de R\$ 41.552.149,20 (quarenta e um milhões quinhentos e cinquenta e dois mil cento e quarenta e nove reais e vinte centavos); a provisão para risco de crédito encontra-se contabilizada corretamente e com valores adequados em comparação com Sistema Financeiro Nacional (SFN) e Sistema SICOOB; verifica-se que a liquidez da Cooperativa tem nível satisfatório e que aderiu às políticas de Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco Operacional do sistema SICOOB; não foi identificada ocorrência de eventos relevantes que modifiquem a situação patrimonial e financeira após o encerramento do Balanço Geral do exercício; a Cooperativa encontra-se em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O SICOOB COOPJUSTIÇA apresentou Resultado Líquido do exercício social de 2015 de R\$ 4.771.081,79 (quatro milhões, setecentos e setenta e um mil, oitenta e um reais e setenta e nove centavos), referente a Sobra Líquida de R\$ 1.607.789,45 (um milhão, seiscentos e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) e ao Juros ao Capital Total no valor de R\$ 3.163.292,34 (três milhões, cento e sessenta e três mil, duzentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos) representando um aumento aproximado de 0,18% (dezoito centésimos percentuais) em relação ao exercício 2014.

O Conselho Fiscal com base no exposto acima, após minucioso exame das Demonstrações Financeiras e Contábeis, incluindo o Balanço Geral, conclui que foram elaboradas de acordo com as normas vigentes e refletindo as operações realizadas. Assim sendo, somos de parecer favorável e encaminhamos as mesmas para que sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 2016. (data da reunião que aprovou as contas)

Antônio Carlos de Souza Carvalho
Conselheiro Efetivo

Juçara de Souza Mero
Conselheiro Efetivo

Edma Menezes de Castro
Conselheiro Efetivo

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA– SICOOB COOPJUSTIÇA - Rio de Janeiro-RJ.

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICOOB COOPJUSTIÇA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICOOB COOPJUSTIÇA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos

apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICOOB COOPJUSTIÇA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo-SP, 24 de Março de 2016.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador – CRC – MG 75.505/O-3 "S"
RJ - CNAI 1915

Diretoria Executiva

Diretor Presidente:

Benino Manuel Alonso Lorenzo

Diretor Operacional:

Roberto Medeiros Souza

Diretor Administrativo:

Carlos Ney Mello de Uliana

Diretora:

Miraci Bezerra Marinho de Oliveira

Conselho Fiscal

Antônio Carlos de Souza Carvalho

Edma Menezes de Castro

Juçara de Souza Mero

Carlos Corrêa dos Anjos

Hélio José Ferreira Roma

Renato da Silva Dias

Superintendência

Ivenia Silva

Gerente Contabil

Fabio Cortinovis Carvalho

Postos de Atendimento

MATRIZ - CENTRO

Av. Nilo Peçanha, 12 - 10º/5º Andar - Centro / RJ Cep.: 20020 - 100 Telefones: (21) 2277-1200
Fax.: (21)2277-1202 | Cel.: (21) 8766-7496 (OI)

P.A. 01 - CABO FRIO

Rua Ministro Gama Filho (s/n) - Braga - Prédio do FÓRUM 1º andar Cabo Frio - RJ Cep.: 28908-090
Telefax: (22) 2645-2015 | Cel.:(22)8102-4444 (OI)

P.A. 02 - VOLTA REDONDA

Rua Desembargador Ellis Hermídio Figueira, 4º andar Aterrado Prédio do FÓRUM -RJ Cep.:27213-1455 Telefax: (024) 3347-2740
Cel.:(24) 8100-5963 (TIM)

P.A. 03- NOVA FRIBURGO

Av. Euterpe Friburguense, 201 - Térreo - Centro Prédio do FÓRUM - Nova Friburgo - RJ Cep.: 28605-130 Telefax.:(22)2519-2486
Cel.: (22) 9788-1203 | Ramal Forum: 2188

P.A. 04 - NITERÓI

Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500 - sala nº 810 - Centro Niterói - RJ Cep.: 24020-077
Telefax: (21) 2613-2497 | Cel.: (21) 8214-3337 (TIM)

P.A. 05 - CAMPOS DOS GOYTACAZES

Av. XV de Novembro 289 - Centro - 1º Pavimento do Bloco I Comarca de Campos dos Goytacazes - RJ Cep.: 28035-100
Telefax: (22) 2728-2783 | Cel.: (22) 8109-2225(TIM)

P.A. - CAPITAL

Av. Erasmo Braga nº 115 - Bloco E - Lâmina 1 - Sala 523A Centro - Rio de Janeiro - RJ/Cep.: 20020-000
Tel:(21) 2210-9379 Ramal Interno TJ: 2137
Cel.: (21) 8875-6499 (OI)

P.A. - NOVA IGUAÇU

Rua Dr. Mario Guimarães nº 968 bairro: Da Luz Nova Iguaçu - Cep.: 26083-225 Telephone: 21 6962-1234
Cel.: (21) 6962-1234 (TIM)

PA - COMPARTILHADO / CENTRO RJ

Rua Buenos Aires, nº 59 - Térreo CEP.: 20070-021/ Centro - RJ.
Tel.: (21) 2263-7277



www.sicoob.coopjustica.org.br

[f/SicoobCoopjustica](#) [@coopjustica](#)